

HABERMAS: INTRODUÇÃO À METACRÍTICA DA RAZÃO INSTRUMENTAL*

Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes
Departamento de Filosofia da UFRN

RESUMO

O presente trabalho trata da relação entre o conceito de crítica e o contexto da Modernidade como forma de introdução à **metacrítica da razão instrumental** de Habermas. Estabelece a interface do núcleo de significação nocional da metacrítica em Habermas com a compreensão do desenvolvimento histórico do conceito de crítica a partir do horizonte do problema da racionalização. Mostra a indissociabilidade da metacrítica com o conceito moderno de crítica e a reelaboração deste último pela primeira a partir do eixo de compreensão da tradição do **ESCLARECIMENTO**.

A relação entre metacrítica e a modernidade evidencia-se na esfera conceitual do núcleo de significação da metacrítica, que reside na compreensão do conceito de crítica, tornado no contexto histórico do seu desenvolvimento, quando ele aparece pela primeira vez, em termos filosóficos, no século XVII¹, e se articula ao problema da racionalização.

Princ.	Natal	Ano 3	n. 4	p. 19-26	jan./dez. 1996
--------	-------	-------	------	----------	----------------

O conceito de crítica surge, na sua utilização filosófica, com o *Dictionnaire Historique et Critique* de Pierre Bayle, em 1695². Descrição de um processo indefinido, o qual tudo está submetido ao seu julgamento. O reino da crítica se estende desde os domínios dos objetos propriamente filológicos e estéticos até o conjunto dos objetos possíveis, os quais a razão pode julgar. A crítica afirma por ela mesma a supremacia da razão como juiz, nos domínios de diferenciação entre as esferas religiosa e política como limites externos, que constitui a sua garantia, de que se lhe dá a conhecer outras normas, que não as suas próprias, tal como a razão as faz conhecer. A crítica é aquilo que enuncia o direito, e em seguida instaura a ordem em conformidade com esse direito. Na sua acepção original, denota atividade, no sentido processual de julgamento, cujos pressupostos de racionalidade, universalidade e liberdade estão presentes como parâmetros de compreensão da crítica, que atravessam a sua evolução como conceito até a sua formulação na crítica da razão instrumental.

Bayle, no emprego originário do conceito de crítica, já estabeleceu algumas coordenadas que caracterizam o conjunto de pressupostos da racionalidade, universalidade e liberdade como eixo de compreensão da crítica que tornou-se relevante, a partir do século XVIII, na orientação dada a crítica moderna. Ao entender a crítica como um processo indefinido, Bayle utiliza-se do elemento constitutivo da razão como critério de elaboração da crítica, servindo-se desse como um pressuposto necessário. Sua concepção identifica, no campo prático, o elemento de universalidade, relativo aos critérios de julgamento, na distinção que estabelece entre a sátira e o libelo, que toma o homem e sua honra; e o autor e suas idéias, destacando a dimensão de universalidade sob o aspecto normativo. Do mesmo modo, Bayle procura preservar a crítica nas esferas da religião e do Estado, situando-a num reino metafisicamente legitimado e universalmente reconhecido pela razão, que lhe garante a liberdade como um direito, e torna-a formulado um

princípio da crítica, no nível de fundamentação da atividade racional, no asseguramento da legitimidade dos seus próprios julgamentos.

A crítica moderna marca o aprofundamento dos pressupostos evidenciados na concepção de Bayle, que refletem a proto-formulação dos parâmetros de compreensão do conceito e que, a partir de Kant, se consolida dentro do quadro de emergência histórica da Modernidade no século XVIII. Racionalidade, universalidade e liberdade definem a trílice esfera de remetimento do conceito, assim como a mudança do seu estatuto, tal como se encontra no **Prefácio da Primeira Edição da Crítica da Razão Pura**:

“eu não compreendo a questão [da crítica] por uma crítica de livros e de sistemas, mas aquela do poder da razão em geral, por relação a todos os conhecimentos, os quais ela pode se elevar: independente de toda experiência”³.

Nessa passagem, Kant confere a crítica um método e uma orientação próprios, que revela-se sobre os parâmetros da racionalidade, universalidade e liberdade como princípios da sua formulação, no plano transcendental de uma fundamentação auto-reflexiva da razão, cujo o movimento de asseguramento dos seus próprios julgamentos, se insere dentro de um contexto de diferenciação axiológica da cultura que caracteriza historicamente a Modernidade. Com isto, a evolução do conceito de crítica assinala nos seus pressupostos, a perda do caráter genérico impresso por Bayle, e a sua substituição, a partir de Kant, por um caráter transcendental que a vincula diretamente ao contexto de fundamentação normativa das esferas de valores diferenciadas.

A transcendentalidade da crítica reflete a diferenciação axiológica das esferas, nos pressupostos de fundamentação sobre os quais ela revela uma unidade formal, a partir da dissolução das imagens unificadoras do mundo, num conceito de razão cindida

que se estrutura como forma de compreensão. A cada esfera a crítica assenta-se sobre fundamentos próprios. E a relação das diferentes esferas da cultura com os seus eixos de fundamentação - racionalidade, universalidade e liberdade - se estabelece no âmbito de tematização de temas, como resultado de um processo de racionalização que determina a formação das esferas autônomas da Ciência, da Moral e da Arte.

Dentro deste quadro, o conceito de crítica, na acepção da razão instrumental, articula os seus elementos em torno do processo de racionalização da Modernidade que caracteriza a sua compreensão. Ele demarca, através da interpretação do processo de racionalização, o problema da realização da razão na história, tomado sob o aspecto dos pressupostos de dominação e reificação que refletem a estrutura da razão moderna. E questões como a racionalização das formas de vida, a universalização de padrões de conduta e a emancipação, articulam os aspectos de racionalidade, universalidade e liberdade, como parâmetros de compreensão, interconectados no interior da crítica, os quais visam analisar o advento da Modernidade como um todo, e diagnosticá-lo em suas conseqüências.

O conceito de crítica revelado pela crítica da razão instrumental pressupõe uma crítica da modernização, no interior dos seus parâmetros de análise, que tomam o processo de racionalização como um todo, dentro de uma perspectiva ontogenética da subjetividade. Esta constitui uma retroprojeção do quadro de racionalização da sociedade moderna, a partir do plano de formação histórica da subjetividade, que se estende dos primórdios da civilização até a sua configuração no Esclarecimento. De tal forma que o **programa do Esclarecimento** coincide com o atavismo da subjetividade no processo de **desencantamento do mundo**. Ou, nas próprias palavras de Horkheimer e Adorno:

O programa do Esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber⁴.

Nesse sentido, a crítica identifica-se no interior do que se caracteriza como um processo histórico, através de uma perspectiva evolutiva que superpõe o processo de formalização da subjetividade ao processo de racionalização, a partir do modelo de racionalidade instrumental. Tal modelo compreende o processo de subjetivação, na forma histórica do Esclarecimento, a partir da perspectiva de reificação do pensamento, ou seja, da perda do seu estatuto de autonomia e a conseqüente submissão ao dado imediato, decorrente do princípio de dominação que se encontra no plano estrutural da razão, sob a forma de uma razão cindida, cujo distanciamento cada vez maior das esferas do sujeito e do objeto assinala o auto-aniquilamento da subjetividade.

No plano da subjetividade, a razão, como instrumento da auto-conservação da espécie, é o elemento constitutivo do sujeito, cujo desenvolvimento marca o progressivo afastamento da natureza, verificado na tentativa de emancipação do pensamento, da esfera do mito, como forma de domínio do meio circundante. Sua compreensão, dentro desses parâmetros, revela o plano negativo do processo de subjetivação, o qual caracteriza a degradação do pensamento em mero procedimento técnico de auto-conservação da espécie, que acaba por nivelar o sujeito as coisas, através do seu próprio princípio de dominação. Tal princípio apresenta na sua estrutura o caráter reificador como a auto-demissão da razão frente ao dado imediato, que consiste no auto-aniquilamento da subjetividade pelos seus próprios mecanismos. Estes se encontram no interior do quadro de desaparecimento tendencial das potencialidades da razão, no qual o empobrecimento da racionalidade é determinado pelo princípio de dominação constitutivo da subjetividade. Nessa medida, a relação entre a subjetivação unilateral, ou o enfraquecimento do sujeito no seu processo evolutivo, e a reifi-

cação, sob o aspecto de auto-mutilação do pensamento, determina o enfoque da racionalização, a partir de uma perspectiva de progresso unilateral da racionalidade, como forma de compreensão da modernidade. E do seu diagnóstico de estreitamento da perspectiva emancipadora, e de dominação absoluta, com o desaparecimento das potencialidades da razão, indispensáveis para uma felicidade humana futura.

A metacrítica constitui uma reelaboração do quadro referencial do conceito de crítica na sua contextualização dentro da modernidade, a partir da perspectiva dos eixos da tradição, que refletem a sua formulação e o seu contexto de desenvolvimento. Como tal, ela se estrutura em dois registros. O primeiro, da continuidade da tradição crítica, de redefinição dos seus próprios elementos, na problematização da racionalidade, da universalidade e da emancipação como temas. Onde a metacrítica volta-se para o problema da compreensão da racionalidade, sob os aspectos de articulação da crítica, no exame da modernidade pela crítica da razão instrumental. E, o segundo, do exame da compreensão do fenómeno de racionalização, a partir do interior da crítica da razão instrumental. Onde a metacrítica volta-se para a crítica dos paradoxos da reificação e da dominação, colocados sob o aspecto metodológico de crítica da crítica, como condição de possibilidade de superação do quadro da razão instrumental, na interpretação do problema da Modernidade, a partir da perspectiva da *realização deformada da razão na história*⁵. De modo que, a articulação da metacrítica em dois registros recoloca o problema da crítica da modernidade sobre os seus eixos de sustentação: a gênese e identificação da razão com os processos de dominação, e a compreensão da racionalização como um procedimento de coisificação.

Inserida no âmbito de construção de uma *teoria da racionalidade*⁶, a reformulação do quadro referencial da crítica da razão instrumental pela metacrítica, constitui o eixo de construção para uma Teoria da Modernidade, a partir do problema da racio-

nalização. Tomada dentro da perspectiva de razão comunicativa, a metacrítica estrutura-se no duplo pressuposto: de asseguramento de um conceito de razão, através da pragmática formal, da *análise das propriedades gerais da ação orientada para o entendimento recíproco*⁷; e de aplicação do conceito de racionalidade comunicativa *as relações sociais e aos conjuntos interativos institucionais*⁸. Aplicados ao quadro de interpretação do problema da racionalização, tais pressupostos, constituem a condição de possibilidade de elaboração de uma Teoria da Modernidade. Esta, capaz de delimitar, de modo analítico, através dos conceitos da teoria da comunicação, os fenômenos sociopatológicos compreendidos pela reificação, traduzidos na *forma mais adequada de uma crítica da razão funcionalista para a velha crítica da razão instrumental que já não podia continuar fazendo-se com os meios da velha Teoria Crítica*⁹.

Assim, os pressupostos da razão comunicativa se encontram presentes na compreensão da modernidade, como condição necessária da metacrítica, enquanto núcleo da crítica da razão instrumental, na reestruturação do tema da *dialética da racionalização social*¹⁰. De modo que, a partir da perspectiva da razão comunicativa, a metacrítica se coloca no plano de articulação da crítica, como um conceito transcendental de leitura do problema da racionalização, estruturado sob o princípio da ação orientada para o entendimento, como forma de compreensão do problema o qual traz implícito uma concepção da modernidade.

NOTAS

* Trabalho apresentado na V Semana de Filosofia do Depto de Filosofia da UFRN.

¹ Jacob - Encyclopedie Philosophique Universelle; p. 517.

² Ibid.

- ³ Kant, *Crítica da Razão Pura*; p. 5-6 (grifo do autor).
⁴ Horkheimer/Adorno - *Dialética do Esclarecimento*; p. 19.
⁵ Habermas- *Dialética da Racionalização*; 1988, p. 140.
⁶ Op. cit.; p. 148.
⁷ Op. cit.; p. 143.
⁸ Ibid.
⁹ Op. cit.; p. 149.
¹⁰ Ibid.; grifo do autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- JACOB, André (Org.). *Encyclopédie Philosophique Universelle*.
v. II, Tome 1. Paris: P.U.F., 1990.
ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Escla-
recimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
KANT, Imanuel. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Calouste Gul-
benkian, 1985.
HABERMAS, Jürgen. *Ensaio Político*. Barcelona: Península,
1988.